

VISÃO DO CORREIO

Brecha pragmática em Washington

O encontro realizado nesta quinta-feira entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump terminou sem acordos formais assinados e, ainda assim, pode ser contabilizado como positivo para o Brasil. A declaração de Trump na rede social — foi “muito produtiva”, Lula é “muito dinâmico”, reuniões técnicas estão agendadas para os próximos meses — é exatamente o tipo de cordialidade protocolar que, em qualquer outro momento, mereceria ceticismo. No atual tabuleiro geopolítico, ela vale mais do que parece.

O verdadeiro trunfo não reside nos detalhes de eventuais acordos aduaneiros ou promessas de cooperação tecnológica. O ganho tangível e imediato é estritamente político: a abertura de uma via de diálogo direto com uma administração que dá sinais crescentes de fechamento ao resto do mundo. Para a economia brasileira, manter a porta de Washington acessível não é questão de afinidade ideológica, mas de segurança material.

Na vida real, o isolacionismo da maior economia do planeta traduz-se em volatilidade cambial, incerteza para as exportações do agronegócio e ameaças tarifárias sobre o aço nacional — setores que, mesmo após o recuo parcial americano no início de 2026, seguem expostos a taxas elevadas.

Minerais críticos são hoje o principal ponto de interesse da Casa Branca na relação com o Brasil, e a pressão americana por um acordo nessa área, que também estará na pauta da reunião entre Trump e o presidente chinês em maio, torna o diálogo bilateral ainda mais estratégico. Ao sentar-se à mesa para uma conversa funcional, a diplomacia brasileira age corretamente para mitigar a imprevisibilidade de um parceiro cuja postura defensiva tem assustado aliados e adversários em igual medida.

O pragmatismo demonstrado por ambas as delegações serve como corretivo a vícios recorrentes. O fato de dois líderes com visões de mundo diametralmente opostas conseguirem focar em interesses de Estado, sem que o encontro degenerasse em disputa simbólica, é em si uma demonstração de maturidade institucional. Sinaliza também que o Brasil pode, sim, cumprir um papel de interlocutor pragmático em defesa das necessidades do Sul Global, dialogando com potências que ameaçam virar as costas à cooperação multilateral.

Ainda assim, o realismo obriga a conter qualquer euforia precipitada. Trump e Lula disseram que representantes dos dois países têm reuniões agendadas para discutir “pontos-chave”, com encontros adicionais previstos para os próximos meses. A atual administração americana tem o costume de descartar consensos provisórios com a mesma velocidade com que os anuncia, e a resistência do governo Lula a um acordo mais amplo sobre minerais críticos é exatamente o tipo de tensão que pode ressurgir à primeira pressão.

A brecha diplomática em Washington foi destrancada, o que já representa uma conquista considerável, mas ela permanece frágil. A manutenção dessa linha de interlocução exigirá do Brasil agilidade comercial e poder de barganha muito superiores à mera retórica institucional. O país ganhou fôlego e espaço de manobra, mas não há margem para ilusões. O desafio agora ultrapassa a celebração do encontro: trata-se de impedir que a porta de Washington seja batida unilateralmente na primeira instabilidade da economia americana ou no primeiro solavanco eleitoral de qualquer dos dois lados e provar que o Estado brasileiro tem peso específico suficiente para transformar a cordialidade de hoje em resultados concretos.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

BRB

Esquema de lavagem de dinheiro movimentou pelo menos R\$ 15 milhões do BRB, diz a polícia. Eu me pergunto como ninguém viu nada acontecer nesse caso! Só agora é que a polícia descobre todas essas transações? Onde estavam os diretores, os funcionários, o conselho de administração, a área jurídica do banco? Onde estava a área de contabilidade do banco? Como aconteceu isso? Parece um filme de ficção.

» Silvana Rolon

Brasília

Excesso de taxas

Além de levar meses — e até anos — para analisar uma defesa prévia de recursos de multa, o Detran-DF passou a exigir a identificação digital para renovação da CNH. Então, criou uma taxa no valor de R\$ 53! Uma identificação digital já feita gratuitamente para quem tirou a nova carteira de identidade. É preciso suspender imediatamente essa cobrança! Isso se soma à taxa absurda da renovação da CNH, de R\$ 144, e à taxa de emissão do documento físico, que sequer é enviado. Sem falar na taxa de R\$ 120, cobrada junto ao IPVA, cujo boleto e documento sequer são enviados. Mas a maior aberração é que quem fez o novo RG já fez essa identificação digital e tais dados estão disponíveis na Secretaria de Segurança do DF! A cobrança de impostos passou do limite! Pagamos a maior carga tributária do país. Total omissão do Ministério Público do DF, da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do DF até quando?

» Elaine Maria Santos

Asa Sul

Gastos públicos

A discussão sobre gastos públicos não é apenas técnica, mas também ética. Administrar recursos do Estado exige responsabilidade com a sociedade, sobretudo em um país marcado por desigualdades e altíssima taxa tributária. Mais do que números, trata-se de compromisso moral com o presente e o futuro coletivo.

» Rabino Eliahu Hasky

Rio de Janeiro (RJ)

Terras raras

O Brasil só parece ganhar espaço no cenário internacional quando coloca algo valioso na mesa. Agora, são as terras raras que abrem portas, destravam conversas, criam “boa vontade”. Não porque respeitam o país, mas porque desejam o tesouro que ele guarda no subsolo. Fica a sensação de que o Brasil só é ouvido quando entrega matéria-prima, nunca quando reivindica respeito, parceria e equilíbrio.

» Paccelli M. Zahler

Sudoeste

Cartel aéreo

Cade investiga aéreas por suposta combinação de valores das passagens. Concordo que o custo Brasil pesa, mas isso também é reflexo de um mercado pouco aberto. Hoje,

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Master empregava até senador da República? Com um salário de R\$ 500 mil por mês, nem precisa ser político.

Luciano Silva — Brasília

Polícia Federal diz que Vercaro entregou a Ciro Nogueira o texto de uma emenda para que beneficiaria diretamente o Banco Master. Corrupção é um crime mais do que hediondo, porque mata um país!

Alexandre Coelho — Brasília

Deputado Rogério Correa associa operação da PF a “acordão” no Congresso e cobra CPI. Não queremos CPI, não! Sempre acaba em pizza. Melhor deixar com a PF.

Rosana Trentino — São Paulo

O silêncio constrangedor: toda mulher tem direito à proteção contra a violência. A lei é seletiva? Uma autoridade agrediu uma mulher e ficam todos calados?

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

há uma concentração clara, com poucas empresas dominando a maior parte das rotas. Deveriam abrir o mercado aéreo no Brasil, aumentar o número de aeroportos. O país é monopolizado, controlado por uma minoria que não quer largar o osso. Não falta interesse de empresas estrangeiras, mas elas esbarram na legislação. A lei praticamente impede voos domésticos por empresas de fora, e ainda existem exigências operacionais e comerciais que encarecem a operação. No fim, o mercado segue fechado. Com uma flexibilização maior, aumentaria a concorrência e ajudaria a reduzir o preço das passagens.

» Christiano Fernandes

Brasília

“Liberou geral” aéreo

A Câmara dos Deputados propõe o fim do uso de satélites no monitoramento de desmatamento e queimadas na Amazônia e, agora, avança para um “liberou geral” aeronáutico. Quando se vislumbra positividade em um projeto de lei, há, por trás, objetivos por vezes obscuros que assustam pela aparente “ingenuidade”. Tramita proposta que libera o espaço aéreo da Amazônia Legal para que aeronaves estrangeiras operem voos de passageiros e carga. Se até em aeroportos privativos para jatinhos, como aqueles onde já houve contrabando e sabe-se lá o que mais, mesmo com maior fiscalização, imagine na floresta, com o entra e sai de aviões “regulares”: a festa das organizações criminosas. Há resistência de órgãos regulatórios e deveria haver também por parte da Polícia Federal e do Ministério da Justiça a esse descabido projeto.

» Marcus Aurelio de Carvalho

Santos (SP)



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Submundo do poder

A quinta fase da Operação Compliance Zero marca uma virada no que já é tratado como o maior escândalo financeiro da nossa história. Não apenas pelo avanço das investigações da Polícia Federal sobre o Banco Master, mas porque o caso deixa de girar apenas em torno de fraudes contábeis e passa a atingir um terreno ainda mais sensível para a democracia brasileira: a relação nada republicana entre dinheiro, poder e política.

Quando as primeiras apurações surgiram, lá em 2025, o foco estava nas operações financeiras suspeitas, nas movimentações consideradas temerárias e nas irregularidades bancárias. Mas o caso ganhou outra dimensão à medida que surgiram indícios de que estruturas políticas eram usadas para atender a interesses privados. A prisão do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, em abril, já apontava nessa direção. Agora, as novas revelações tornam o cenário ainda mais preocupante.

As mensagens interceptadas pela Polícia Federal em relação ao senador Ciro Nogueira (PP-PI), envolvendo o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, e pessoas próximas a ele, desenharam um roteiro bastante conhecido dos brasileiros. Conversas sobre pagamentos mensais tratados como “mesada”, viagens internacionais custeadas, uso de aeronaves privadas e outras vantagens sugerem uma relação que ultrapassa qualquer limite razoável entre agentes públicos e grupos econômicos.

Talvez o ponto mais grave seja a suspeita de uso do próprio mandato parlamentar em favor de interesses privados. Segundo as investigações, a chamada “Emenda Master”, apresentada ao Congresso em 2024, teria

sido elaborada dentro da estrutura do banco e reproduzida integralmente pelo senador. Se isso for confirmado ao longo do devido processo legal, o país não estará diante apenas de tráfico de influência ou lobby excessivo. O problema será ainda mais profundo: a captura da atividade legislativa por interesses econômicos específicos.

É nesse contexto que ganha peso a possibilidade de uma delação premiada de Daniel Vercaro. A questão não é apenas saber se haverá acordo ou não. O verdadeiro debate está na utilidade dessa colaboração. Uma delação só se justifica quando ajuda a revelar estruturas ainda ocultas, identifica beneficiários e contribui para recuperar recursos desviados.

A resistência de investigadores à proposta apresentada pelo banqueiro parece nascer justamente dessa desconfiança. Se a Polícia Federal já encontrou, por conta própria, fatos relevantes omitidos pelo próprio delator, a credibilidade do acordo inevitavelmente fica abalada. A colaboração premiada não pode virar apenas um caminho mais curto para redução de pena sem a entrega efetiva de provas novas e consistentes.

Ao mesmo tempo, o caso Banco Master escancara uma discussão muito maior. Até que ponto grupos econômicos conseguem influenciar decisões estratégicas do Estado brasileiro? E quais mecanismos de controle precisam ser fortalecidos para impedir que interesses privados avancem sobre estruturas públicas? São perguntas antigas, conhecidas nos bastidores do poder, mas que ainda chegam de forma fragmentada para grande parte da população. A Compliance Zero ainda terá muitos desdobramentos. Basta aguardar.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br